

## Editorial

### Dossiê Guerra

A revista do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida - *Trivium: estudos interdisciplinares* -, em parceria com o Grupo de pesquisa em Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo apresenta uma obra coletiva construída por autores e autoras de diversos campos de conhecimento que se dedicam a perscrutar o fenômeno da guerra: invadidas pelas inúmeras guerras locais com impacto global; milhões de refugiadas como consequência imediata dos ataques a civis; a ascensão de governos beligerantes e segregacionistas em todos os continentes e o curso de dois grandes conflitos armados na atualidade que, por sua vez, se prestam como possível álibi para a deflagração de novos conflitos mundiais.

O dossiê procurou explorar a experiência, a lógica e a irracionalidade da GUERRA, como desafio ao pensamento que, ativo, também persiste sob os escombros, em busca de novos começos que coloquem em dúvida o que nos discursos e ações peremptórias das guerras, inundadas de certezas implacáveis, atuam pela preservação da raça, da nação e da prevalência da força bruta. Do mesmo modo, pretendemos colocar essas mesmas certezas em dívida, reivindicando tudo o que esse ideário praticado por sucessivos governos sequestrou de vidas, esperanças e porvires ontem e hoje, e promete sequestrar no futuro.

Difícilmente haverá um conceito unívoco para a guerra, porque trata-se, sobretudo, de uma experiência. Um conflito entre nações, deflagrado em qualquer canto, interfere e influencia a dinâmica do planeta e faz proliferar uma miríade de ações, reações, contrarreações que, por sua vez, alimentam disputas entre interpretações e versões que não obedecem a qualquer lógica claramente definida, a não ser a lógica binária do amigo e do inimigo.

Tais versões são decisivas para manter ativas certas dinâmicas de trocas, interesses, mercantilização de corpos e pessoas alimentando mercados prósperos que bebem dos restos fúnebres dos escombros de onde extraem sua riqueza e seu prestígio.

Até então fora do circuito direto em que as guerras são deflagradas ou acontecem, o Brasil e a América Latina padecem de sua proximidade geográfica e influência política direta com um dos países que controla, insufla e/ou impossibilita guerras. Como um dos efeitos dessa influência, padecemos de guerras internas constituídas, por sua vez, por ‘inimigos internos’ e pelas formas de pensamento e subjetivação impostas por esses valores, crenças e mandamentos.

Os golpes no Chile de Salvador Allende, com o palácio de *La Moneda* bombardeado por aviões em 1973 e, no Brasil de João Goulart, com apoio militar americano estacionado no litoral caribenho em 1964, são flagrantes inequívocos dessa influência definidora de destinos.

Somos também aturdidos, como imigrantes, por guerras ou ameaças que acontecem além-mar, em países aos quais nos sentimos filiados por ascendência, e exigimo-nos tomar e

defender posicionamentos para os quais raramente estamos suficientemente informados, herdando, assim, posições e interesses de outrem.

Impactadas pelas guerras, mas frequentemente mal informadas sobre elas, constatamos, contudo, que, por vezes, somos arrastadas para dentro delas, não importando se ou como um líder qualquer de governo decidiu por razões próprias, públicas ou secretas atacar, matar, desafiar, ocupar povos em lugares distantes gerando uma obrigação difusa que se impõe sobre a responsabilidade que todos temos para com a decisão monocrática de alguns, de colocar em risco milhares, milhões de vidas simultaneamente.

Querendo ou não, entre as consequências das guerras, circula entre as massas a possível autorização e (in) decisão sobre quem deve morrer e quem deve viver. A guerra nos impõe vestir as vestes do tirano, qualquer tirano, e emitimos as nossas(?) opiniões sobre o viver e morrer como se estivéssemos falando em escolhas, em pleitos eleitorais ou campeonatos de agremiações esportivas. Sim, o assassinato do pai tirano instalou também o desejo de tirania dos irmãos, lançando-os perenemente no abismo da irresponsabilidade e da covardia. O assassinato do pai ocultou os assassinos numa totalidade (e massa) de irmãos deixando sem respostas as perguntas: quem matou? quem planejou? quem apoiou? (Endo, 2013)

A guerra banaliza a vida e a morte e, do mesmo modo, ridiculariza a circunspeção, retidão e respeito pelos que por elas são devastados, tratando o corpo das mulheres como esbulho (Svetlana 2016; Endo, 2023). Muitos e muitas, contudo, tendem a emitir opiniões, justamente diante de uma experiência imposta, ante a qual quaisquer opiniões são risíveis, descartáveis e desiludidas sob a força das máquinas (Endo, 2012).

Robert Fisk, provavelmente um dos maiores repórteres de guerra conhecidos, afirmaria em letras garrafais no título de seu grande livro publicado em 2007, que toda guerra se autojustifica, paradoxalmente, como “guerra pela civilização.” Cito:

Com grande inquietude de meu pai e estoica aceitação de minha mãe, passei grande parte da minha vida em guerras. Essas também foram travadas “pela civilização”. No Afeganistão, vi os soviéticos lutarem pelo seu “dever internacionalista” em conflito contra o “terror internacional”; seus oponentes afegãos lutavam, evidentemente, contra a agressão comunista” e por Alá. Furneci informações do front onde os iranianos travavam o que chamavam de Guerra Imposta contra Sadam Hussein, que denominou a invasão do Irã em 1980 de Guerra Turbilhão. Vi os israelenses invadindo duas vezes o Líbano e depois invadir a Cisjordânia palestina, a fim, segundo afirmaram, de “purgar a terra do terrorismo”. Estava presente quando os militares argelinos declararam guerra aos muçulmanos pela mesma razão aparente, torturando e executando prisioneiros com o mesmo desenfreamento que seus inimigos. Depois, em 1990, Sadam invadiu o Kuwait, e os norte-americanos enviaram seus exércitos ao Golfo para libertar o emirado e impor “uma nova ordem mundial”. Desde que a guerra de 1991 acabou, sempre escrevi em meus cadernos as palavras “nova ordem mundial” seguidas de um sinal de interrogação (FISK, 2007, p. 20).

Essas lembranças de Fisk indicam apenas que a guerra imanta a banalidade de angariar ao mesmo tempo todas as motivações e nenhuma, mas, em todos os casos, ela apela por

um conceito totalizante, universalizante para legitimar seu caráter sanguinário e sua decisão peremptória de exterminar vidas esvaziadas de singularidades.

Seus efeitos, contudo, não são totalizantes, mas diversos, determinados e perenes. Mas quem ligará para o inimigo mortificado e derrotado? Para a família incinerada como efeito colateral de um projétil cujo curso foi mal ajustado? Para a criança implodida por estar no lugar errado na hora certa?

Esses serão os efeitos perduráveis nos pacifistas, testemunhas e sobreviventes. Como pondera Robert Fisk:

Os resultados físicos diretos de todos esses conflitos permanecerão - e devem permanecerem minha lembrança até o dia de minha morte. Não preciso reler minha montanha de cadernos de notas para recordar os soldados iranianos de um trem militar ao norte de Teerã, com toalhas, tossindo o gás de Sadam em coágulos de sangue e mucosidade enquanto liam o Alcorão. Não preciso de nenhum de meus recortes de jornal para lembrar o pai que, após um ataque de bombas de cacho no Iraque em 2003, estendeu para mim o que parecia ser um pão amassado, mas que era a metade de um bebê amassado (FISK, 2007, p.20).

Isso que não ofende, nem produz questionamento naqueles que deflagram, defendem e mantêm guerras, e precisam inventar inimigos, há muito se esparrama por guerras internas, práticas de extermínio explícitas, assimétricas e coleciona milhares de mortos e de mortes por conviência, negligenciada e regida pelo ato deliberado de deixar morrer aqueles que não teriam qualquer poder de fogo, ou contra-ataque, quando suas vidas são atacadas. Inimigos internos, como bem aprenderam os exércitos, as forças armadas e as polícias latino-americanas em períodos de exceção. Primeiro, com o exército colonial francês e, depois, com o norte-americano (Endo,2019). Frente ao despreparo dos exércitos nacionais para guerras entre nações, dispara-se contra o inimigo interno, contra o nacional, o nativo, o novo inimigo.

Entre nós, os governos e seus parlamentos importam obedientemente a guerra às drogas; ao povo negro; às populações indígenas, à comunidade LGBTQIAP+ e aos pobres. Armas contra desarmados, violência e força contra vulneráveis atuam há séculos profusamente, sem regulação mínima à margem de qualquer ordenação jurídica, na verdade zombam dela, por vezes, se utilizam dela. E a negligência, aparentemente desarmada, surge como máquina de destruição em massa. Que consequências e responsabilização para 700 mil mortes por uma doença que poderia ser contida?

Apoiados nesse argumento, que precipita e autoriza a deflagração de guerras internas, flagram-se os genocídios seculares. Neles se exhibe um conflito armado no qual apenas uma das partes está forte e amplamente armada produzindo massacres a granel, cometidos como exemplo banal da comiseração ética que autoriza mortandades não denunciadas, apuradas e/ou reparadas no Brasil; execução ilegal de penas de morte; negligência e ameaça constantes de povos, grupos e etnias inteiras a serem apagadas.

As guerras internas e externas que se travam e não se esgotam, atingem a todas e todos, nacionais e estrangeiros, combatentes e civis e resulta de uma conduta paradigmática e bélica que define quem merece e pode viver, e quem deve apenas sobreviver ou morrer.

Seu arcabouço conceitual e teórico repousa sobre as bases comuns do pensamento militar, que sabe como deflagrar guerras, mas ignora quais seus efeitos de cura e remissão. Como uma vez ouvi de um ativista angolano: “Os militares não sabem muitas coisas, mas golpes eles sabem dar.”

Trata-se obviamente de aferir os riscos de deflagrar uma guerra interna ou externa a partir das vantagens possíveis que os vencedores consolidam em prestígio, riquezas e exercício de poder. Para isso, forjam-se discursos imbecilizadores que aprofundam e congregam afetos dispersos, aturdidos por extraordinária violência e os convertem em apoio à solução única, insufladora de colapsos que consiste em aplicar a fórmula mais fracassada conhecida: violências para combater violências.

Erich Ludendorff foi general do exército imperial alemão com participação ativa na primeira guerra mundial. Militar de extrema-direita, rompeu com Adolf Hitler antes da segunda guerra, em 1930. Suas posições sobre a guerra, entretanto, ensaiam uma radiografia impressionante dos princípios e das forças que mantêm ativos os princípios insufladores das guerras em toda parte. Em seu livro *Guerra Total*, escrito no século seguinte à publicação de *Da Guerra*, de Claus von Clausewitz (2023), Ludendorff tece diversas críticas a Clausewitz a fim de preparar sua tese sobre a guerra total como paradigma das nações e sua presença necessariamente perene na formação, modos, costumes e disposição anímica de um povo. A guerra total é a afirmação radical do estado de guerra permanente.

O livro é farto na exposição de um ideário de guerra definidor e presente nas elucubrações estratégicas que orientam ainda hoje governos e estados nacionais. Suas proposições não ambicionam apenas a guerra e suas estratégias, mas as condições geradoras de um estado permanentemente beligerante.

Cito Ludendorff em um dos muitos trechos em que define seu ideário de guerra total:

Não é senão respeitando as leis físicas da raça que se dará toda a sua importância às diferentes medidas biológicas na educação de uma geração de meninos robustos, medidas tais como a proibição do álcool, estupefacientes e da nicotina, que prejudicam os nascimentos e debilitam a saúde. Não é senão respeitando as leis psíquicas da raça e também saneando as condições econômicas, que se despertará o sentido de responsabilidade e, nas mulheres, para o aumento da população, e que se alcançará que a mulher aceite o cumprimento dos deveres da maternidade como um dever sagrado desde a raça. Não é senão assim que se poderá ultrapassar o incomensurável perigo da depopulação, sempre sensível para um exército, e não é senão desta forma que se desenvolverá uma sã geração procriadora, que dará ao exército muitos recrutas vigorosos, capazes de lutar e suportar a guerra total (Ludendorff, ebook, s/p, s/d. Tradução livre).

Ludendorff ambicionava o poder, o poder total. Candidatou-se a presidente; perdeu as eleições. Poderia ter vencido como tantos que lideraram e lideram governos e outros que ambicionam fazê-lo num futuro próximo.

Freud, em *Considerações Atuais sobre a Guerra e a Morte*, sabia e testemunhava, como Fisk, que guerra é apenas sinônimo do fazer morrer. Pensou, no texto de *Introdução à psicanálise das neuroses de Guerra*, que um conflito entre o eu pacífico e o eu combatente

se travava psiquicamente nos jovens soldados nas guerras, entre o eu civil (não necessariamente pacífico) e o eu soldado (não necessariamente combatente).

Conflito imposto sob coerção e exigido de modo urgente e compulsoriamente. Matar e morrer seriam catapultados do campo do desejo em tempos de paz e chegariam aos palcos do imperativo da necessidade, para se tornarem corpos contabilizados nos discursos nacionais. A ambição maior dos defensores da guerra é, justamente, porém, a dissolução compulsória de tal conflito pela sobreposição da perene preparação para a guerra (guerra total). Não há afinal eu pacífico que seja digno, segundo Ludendorff, se não estiver perenemente se preparando para a guerra. Isso inclui as mães no ato mesmo em que gestam seus filhos presumindo-os como soldados e preparando-os para a morte ao nascer.

O paradigma da guerra total ronda os países e as nações e a ilusão da paz perpétua ensombrece-se como patética e nula. Suas aspirações e mecanismos para alcançá-la fracassam dentro e fora das nações e colocam em risco as democracias. Não se trata mais da paz e da guerra, mas da atitude ante o viver e o morrer. Como vaticinava Freud, em 1915,

Recordemo-nos do velho ditado: Si vis pacem, para bellum. Se queres conservar a paz, prepara-te para a guerra. No momento atual caberia mudá-lo: si vis vitam, para mortem: se queres aguentar a vida, prepara-te para a morte (FREUD, 1915, p. 246).

Não mais guerra total, mas morte total como enfrentamento, ação e pensamento diante do que está por vir. Um deslocamento radical entre o desespero narcísico sob a ilusão da expectativa de paz pela guerra, para o cuidado com o mundo, com a vida e com o futuro diante do reconhecimento das vidas que terminam e são terminadas e pelo fim do pacto entre tiranos. Opor-se às guerras é opor-se à ressurgência das tiranias que hoje se organizam em toda parte, e cujo objetivo maior é chegar ao poder para operar as máquinas de guerra (exércitos e polícias) sob o comando dos estados, indiscriminadamente, contra alvos civis e militares. O desejo da guerra total há muito se expandiu e se imiscuiu como aparato organizado e institucional do escoamento da pulsão de destruição e, ante esse desejo, as democracias e os democratas não parecem mais do que pusilânimes figuras de um passado que esse desejo quer também exterminar.

Convidamos, então, a toda as leitoras dispostas a se perguntar sobre a possibilidade de drenar nossas pulsões do ato de destruir, a extrair de cada um dos ensaios que têm à mão, elementos que venham renovar pensamentos, análises e ações sobre a possibilidade de desarticular um estado permanente de guerra, cuja ambição é irradiar-se indefinidamente, animado pela violência e crueldade, inserido na vida civil cotidiana de todas as civis. No caos calculado das guerras, no entanto, uma certeza se manifesta: estando nós geograficamente próximos ou distantes de onde tais calamidades acontecem, a experiência da guerra sempre nos alcançara espacialmente e, temporalmente, chegará às gerações vindouras.

*Paulo Endo*

## Referências

- Aleksiévitch, S. *A Guerra não tem rosto de mulher*. Trad. Cecilia Rosas, São Paulo: Companhia das Letras, 2016
- Clausewitz, C. *Da Guerra*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023
- Endo, P. Sigmund Freud, *Walter Benjamin e o trauma das máquinas*. In: Ginzburg, J; Seldemeyer, S.. (Orgs.). *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. 1ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, v. 1, p. 1-323.
- Endo, P. *La Resurgencia del tirano como inscripción denegada de la constitución de la fratria*. In: Braunstein, N.; Fuks, B.; Basualdo, C. (coordenadores) *Freud: A cien años de Totem y Tabú*. México: Siglo XXI, p.245-265, 2013
- Endo, P. *Os caminhos possíveis de um desgoverno diante da prática da tortura: apontamentos e perspectivas num contexto de apoio governamental a graves violações de direitos humanos no Brasil*. *Lua Nova*, n.108, sep-dec 2019 p.177-193. <https://doi.org/10.1590/0102-177193/108>
- Endo, P. *Homens homenageados usurpam os corpos de mulheres violadas e a Guerra não tem rosto de mulher: apenas corpos(ses)*. *Jornal de Psicanálise*. Vol.56, n.105, jul-dez 2023, p.37-58
- Fisk, R. *A Grande Guerra pela Civilização: A Conquista do Oriente Médio*. Trad. Sandra Dollinsky, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007
- Freud, S. Considerações atuais sobre a Guerra e a Morte. In: Freud, S. *Introdução ao Narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Trad: Paulo César de Souza (1914-1916) - São Paulo: Companhia das Letras, p.209-246, 2010
- Freud, S. Introdução à Psicanálise das Neuroses de Guerra. In: Freud, S. *História de uma neurose infantil: o homem dos lobos, além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. Trad: Paulo Cezar de Souza-São Paulo: Companhia das Letras, p.382-388, 2010.
- Ludendorff, Erich von. *Guerra Total* (Spanish Edition). Format Kindle sem datas e informações de edição.